



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 097

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A PROPÓSITO DE  
FORMAS DE TRABALHO NA AMAZÔNIA**

**Edna Castro**

**Belém, Julho de 1998**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 097

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A PROPÓSITO DE FORMAS DE TRABALHO NA AMAZÔNIA\*

---

Edna Castro\*\*

## Resumo:

Este artigo se propõe a discutir a noção de trabalho a partir de observações sobre a diversidade de processos de trabalho e padrões de gestão, estreitamente relacionados, mas que tem sido tratados separadamente pela leitura sobre o assunto. Trata-se de examinar, dentro das modalidades de organização da produção encontradas na Amazônia contemporânea alguns aspectos do trabalho desenvolvido por populações ditas tradicionais ou organizadas em unidades de pequena produção familiar e situações de trabalho assalariado em pequenas e médias empresas. Pretendemos tecer também considerações sobre os padrões modernos de gestão do trabalho em empresas de grande porte do setor minero-metalúrgico e as formas de articulação com as anteriores. Certamente o ritmo das mudanças encontradas nessa região vem sendo ditado pelas transformações no mundo do trabalho. As estruturas de produção tradicionais, em diversos setores - agricultura, indústria e serviços - foram alteradas, em graus diversos e com intensidade variada. Mas, apesar de tais mudanças permanecem e, em certas situações até mesmo reforçam-se padrões tradicionais de representar e realizar o trabalho, inclusive no campo político com relações de produção sob dominação paternalista. Perguntamos, portanto, em que o conceito de trabalho sobretudo na sua vinculação clássica à relação salarial, pode iluminar-nos na compreensão de atividades tradicionais reatualizadas nesta região, apesar do avanço da fronteira industrial.

**Palavras-chave:** Organização do trabalho. Populações tradicionais. Agricultura familiar. Assalariados.

---

\* Esta comunicação foi escrita para ser apresentada no Seminário Temático *Trabalho, trabalhadores e sindicatos: desafios teóricos*, coordenado pela Profa. Leila Blass, no XXI Encontro Anual da ANPOCS, a realizar-se em Caxambu/MG, de 21 a 25 de outubro de 1997. Artigo escrito no âmbito do Projeto *Sistemas Produtivos, Território e Transformações nas Relações Sociais: Pesquisa comparativa entre Complexos Industriais no Brasil e na França*, Convênio CAPES-COFECUB.

\*\* Doutora em Sociologia, Professora e Coordenadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ UFPA.

## 1. Introdução

Este artigo se propõe a discutir a noção de trabalho a partir de observações sobre a diversidade de processos de trabalho e padrões de gestão, estreitamente relacionados mas que tem sido tratados separadamente pela literatura sobre o assunto. Trata-se de examinar, dentro das modalidades de organização da produção encontradas na Amazônia contemporânea, alguns aspectos do trabalho desenvolvido por populações ditas tradicionais ou organizadas em unidades de pequena produção familiar e situações de trabalho assalariado em pequenas e médias empresas. Pretendemos tecer também considerações sobre os padrões “modernos” de gestão do trabalho em empresas de grande porte do setor minero-metalúrgico e as formas de articulação com as anteriores. Certamente o ritmo das mudanças encontradas nessa região vem sendo ditado pelas transformações no mundo do trabalho. As estruturas de produção tradicionais, em diversos setores - agricultura, indústria e serviços - foram alteradas, em graus diversos e com intensidade variada. Mas, apesar de tais mudanças, permanecem e, em certas situações até mesmo reforçam-se padrões tradicionais de representar e realizar o trabalho, inclusive no campo político com relações de produção sob dominação paternalistas. Perguntamos, portanto, em que o conceito de trabalho, sobretudo na sua vinculação clássica à relação salarial, pode iluminar-nos na compreensão de atividades tradicionais reatualizadas nessa região, apesar do avanço da fronteira industrial.

Entender situações como essa parece colocar-se hoje como crucial pois provavelmente são menos particulares do que se supõe. A nosso ver é a noção de trabalho que se deve retornar. Uma volta aos clássicos, certamente, pois a sociologia e a economia do trabalho estiveram muito direcionadas, nas últimas décadas, à análise de situações de trabalho a partir das relações salariais, interrogando processos e padrões de organização que configurassem a emergência ou mesmo a consolidação de padrões ou modos de produção técnica e organizacionalmente mais avançados. O interesse também esteve - e ainda está -, direcionado para entender a dinâmica do mercado de trabalho, mas com precisos cortes, orientado às relações assalariadas, às atividades regulamentadas e “formais”, razão provavelmente da ainda reduzida teorização encontrada na literatura sobre o setor informal. Destacamos em especial lacunas sobre a orientação de suas demandas, o papel desempenhado nas crises de empregabilidade e na reprodução social.

O interesse em analisar as mudanças, os regimes de acumulação e suas crises, procurando acompanhar de perto a emergência de novas tecnologias e processos de trabalho, acabou por deixar fora um debate extremamente interessante sobre a pertinência e a reprodução, apesar da modernização, de saberes de populações tradicionais sobre recursos naturais e suas estratégias de uso e exploração comercial. Esses saberes têm atualizado processos de trabalho e padrões de gestão que permanecem compondo o cotidiano da produção de muitas regiões como a Amazônia. Mas também estão presentes em quase a totalidade dos países dos continentes africano, asiático e sul-americano, conforme literatura produzida sobretudo no âmbito de estudos no campo da etnociência <sup>1</sup>. Cabe

---

<sup>1</sup> Ver trabalhos nessa perspectiva de Anne Luxereau: Usos, representações e evolução da biodiversidade entre os Haoussa da Nigéria; de Philippe Descola: Ecologia e Cosmologia; de Marie Roué: Novas perspectivas em

lembrar também a presença dos grupos autóctones que mantêm padrões tradicionais, em processos de afirmação étnica, encontrados em países da América do Norte e da Europa.

Se por um lado através dessas formas de trabalho um campesinato múltiplo e polivalente encontrado na Amazônia participa da economia nacional, constituindo inclusive parcela significativa na economia regional, de outro lado, cresce em importância a presença nessa região de padrões definidos por empresas de médio e grande portes, inseridas na dinâmica atual do mercado mundial. Permanecem questões instigantes. A modernização das estruturas empresariais e o aparecimento de novos setores da economia regional estariam enfraquecendo as relações paternalistas no âmbito do trabalho? O que muda essencialmente na forma trabalho e na dominação social? Inúmeros estudos têm apontado a reprodução de formas autoritárias de poder no seio do campesinato, o que não exclui a presença também de avanços políticos desse segmento, e uma “modernização conservadora” em médias e grandes empresas. Nestes casos, contrariam os discursos sobre participação e qualidade total nos quais as empresas se ancoram para implementar a reestruturação produtiva e os novos padrões de gestão. Mas como entender de que forma se dá a associação dessas empresas modernas, na cadeia produtiva, com pequenas empresas cujas atividades desenvolvidas mantêm formas tradicionais e “precárias” de trabalho? Quais as lógicas e interesses que orientam a articulação desse conjunto de empresas - grandes, médias e pequenas - com produtores familiares? Como se tecem as relações de dominação e sob que modalidades de paternalismo? Isso vem ocorrendo em vários setores da economia e em que momentos do processo produtivo?

Certamente no extrativismo de recursos naturais encontram-se elementos de explicação, em especial nos setores madeireiro, pesqueiro, de mineração e de frutas e sementes nativas. Esses empreendimentos integram-se porém ao mercado mundial mantendo padrões exigidos de qualidade e competitividade, renovando estratégias de controle de qualidade sob os mesmos processos produtivos. No caso de grandes empresas do complexo do alumínio, eles optaram por um modelo de gestão centrado sobre os conceitos de qualidade e segurança, introduzindo um planejamento estratégico com objetivos de alcançar práticas participativas dos trabalhadores. Tanto as médias quanto as grandes empresas perfilam-se no campo comum da reatualização do extrativismo na região.

O exame das formas tradicionais de trabalho pode trazer mais clareza à explicitação da noção de trabalho, justamente porque permitem um distanciamento, no tempo e no espaço, do padrão dominante da relação salarial, permitindo avançar em uma formulação mais abstrata. Nas reflexões que seguem a propósito de formas de trabalho tradicional utilizaremos resultados de pesquisas anteriores realizadas com grupos diferentes que fazem parte de um campesinato mais antigo da Amazônia, cujas vivências atuais reatualizam processos de identidade étnica e saberes sobre a natureza.

---

etnologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. E ainda, numa ótica menos antropológica mas que desenvolve uma perspectiva que integra sociedade e natureza, ver: Patrice Levang, Geneviève Michon, Hubert de Foresta, Philippe Guizol e Fabienne Mary: Conservação dos recursos naturais e desenvolvimento: as agroflorestas de Damar no Pesisir, Sumatra. In: Castro, E, & Pinton, F (1997) - Interfaces do Trópico Úmido. Belém, CEJUP/UFPA (no prelo)

## 2. Trabalho, território e tempo

A longa história da humanidade é também a da transformação da natureza. A capacidade do homem em transformar suas relações com a natureza, no mesmo tempo que transforma a própria natureza, está orientada portanto para o território e seus recursos. O avanço da economia mundial se constituiu com base na exploração de recursos naturais e na busca incessante de novas tecnologias para apropriação da natureza. Cada momento representa o predomínio de certo padrão tecnológico que, combinado às formas de organização do trabalho, respondem pelo desenvolvimento histórico do capitalismo. O processo de acumulação e valorização foi continuamente alimentado pela descoberta de novos territórios incorporados como fronteiras de recursos. Padrões tecnológicos e fronteira de recursos têm sido, de forma mais ou menos explícita, relacionados por autores clássicos na procura de explicações sobre novos ciclos de acumulação de capital. Mudanças estruturais apontam a redução de insumos tradicionais em setores de ponta e a descoberta de novos materiais. O que vai ao encontro de uma concepção de valor atribuída não mais aos recursos naturais convencionais, mas à própria natureza, enquanto laboratório para descoberta de novas fontes de energia, novas mercadorias. A valorização da biodiversidade desafia o avanço tecnológico para orientar pesquisas e aplicações sobre materiais e produtos estratégicos fundamentais para alimentar novos ciclos industriais.

Intensifica-se na Amazônia a busca desses recursos (minério, madeira, pescado, sementes e frutas, plantas medicinais, entre outros), por parte das empresas nacionais e multinacionais, e prosseguem as iniciativas de pesquisas. Vem observando-se uma ampliação das atividades produtivas com relativa diversificação de produtos industriais, parte decorrente de resultados produzidos por pesquisas florestais, zoológicas e genéticas, orientadas, portanto, para retirar vantagens no campo da biogenética. Os novos paradigmas do progresso tecnológico certamente provocarão impactos no território regional, pelo qual o Brasil poderá se engajar com a produção de conhecimento e de informações especializadas sobre a biodiversidade. Os riscos dessa possível dinâmica apontam para a reprodução de desequilíbrios regionais; no rearranjo entre estruturas de produção de conhecimento instaladas em outras regiões do país e no exterior, com elevado padrão científico e tecnológico, que tenderia a incorporar vantagens nesse domínio. Uma redefinição das relações de trabalho também se inclui no rol de mudanças, mas as interrogações devem ir, sobretudo, à direção de descortinar como se dão tais mudanças, o que emerge de novo e quais as formas produtivas que são reificadas no âmbito das relações de dominação.

O território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo. Como diz Godelier, o território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas (1984). Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne esses aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos. O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais”, no seio da pequena produção agro-extrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reunindo nos elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual, enfim, o simbólico. Inúmeros estudos desenvolvidos pela ecologia e a etnoecologia sobre os ameríndios tem mostrado nas

últimas décadas a diversidade e a extensão dos saberes e das técnicas desenvolvidas para apropriar-se de recursos do meio ambiente e adaptá-lo a suas necessidades (W. Balé, 1994, citado por P. Descola). Indo mais além, Descola argumenta que “além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etnológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, era o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que devia ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico de funcionamento do seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantenha em um estado de homeostasia” (1997). Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e as diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado, que depende da mobilização e do domínio de técnicas: de caça, de pesca, de plantio, de identificação na mata de recursos que alimentam seu sistema de preservação da saúde, de curas, de manejo de espécies, de defesa dos membros do grupo, etc.

Consideramos que é necessário reconhecer primeira essa fantástica diversidade empírica de sociedades e, portanto, de concepções específicas sobre o trabalho, construídas diferentemente em épocas diversas e em dados territórios. Afinal de contas não é aí que se fundam os princípios da relação cultura-natureza, cara à análise clássica das ciências sociais? Ainda que existam representações simbólicas e míticas que perpassem as diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas formas de agir sobre o território e de se apropriar de recursos sob padrões de seletividade pertinentes a cada grupo. Diegues chama atenção para uma unicidade que vê em sociedades ditas tradicionais, entre as técnicas de produção e o campo do simbólico. Procura demonstrar na relação que percebe entre a atribuição de tempo de pescar, de caçar e de plantar e os mitos ancestrais em sociedade indígenas, a exemplo dos caiçaras do litoral sul do país e dos ribeirinhos amazonenses (1995). Em regiões afastadas do Alto Juruá e do Rio Negro o extrativismo continua sendo elemento essencial nos sistemas de produção. A caça, a pesca e a coleta de seringa, castanha e de outras espécies florestais, estão associadas à agricultura. O esforço do trabalho é organizado em função da acessibilidade dos recursos. Reatualizam-se ainda formas de mando da cadeia patronal e de paternalismo nas relações de produção. Nas proximidades de centros urbanos, os sistemas de produção articulam o extrativismo a outras atividades condicionadas ao avanço nas formas de comercialização e transporte. O mutirão, enquanto forma coletiva de organizar algumas atividades, tão comum nas diferentes áreas da Amazônia onde se encontra a pequena produção familiar camponesa, constitui uma troca de “dias”, ou seja, de tempos de trabalho entre indivíduos e grupos familiares. Aí também encontramos, como demonstram as narrativas dos negros remanescentes de quilombos no rio Trombetas e camponeses da região Bragantina, uma integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas. O sagrado é, por esta razão, “uma categoria prática e espontânea da experiência humana primitiva da natureza e da sociedade”, como assinala Godelier ao referir-se às análises sobre sociedade indígenas e certas formas de campesinato (1981).

A razão dominante em nossa sociedade de classe, no entanto, tem negado historicamente esse saber prático acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de realizar o trabalho

sobre eles. Respalhando-se em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos, essas práticas de trabalho são vistas como improdutivas, atribuídas à *preguiça, indolência e vadiagem*. A articulação da vida ao tempo natural é esvaziada de sentido pela afirmação do não-trabalho. Isso quando, de fato, as divisões do tempo em *inverno e verão, entre espaços da roça e da caça, entre a economia e a sociabilidade*, que permeiam a estrutura da vida econômica das diversas comunidades. Eles organizam também, como no caso dos grupos remanescentes de quilombolas do Trombetas, os momentos do calendário anual de festas e da religiosidade, de manifestações políticas, de maior ou menor integração nas relações familiares, de visitas a amigos e parentes em outras comunidades negras, no caso dos grupos do Trombetas, situadas no rio Erepecuru (Cuminá) e ainda, com menos frequência, às cidades de Oriximiná, Óbidos, Porto Trombetas e Santarém. Manifestações sociais que, em última análise, referenciam-se a lugares, ao território, colocando em destaque o regime dos rios, a reprodução das espécies e o ritmo da natureza.

Mas, na percepção muito corrente que separa a economia da sociedade, são introduzidos outros elementos de revalorizado da natureza pela lógica de mercado. Esse movimento atribui elementos complementares ao conceito de território. O ambiente mercadoria é visto pelo menos sob duas dimensões: a primeira corresponde aos recursos naturais convencionais, de antiga ou recente exploração na Amazônia; a segunda representada pelo potencial bioenergético contido na natureza. Para muitos, a biodiversidade traduz maior riqueza nos anos vindouros, podendo constituir-se a base dos sistemas de conhecimento e dos circuitos de informação.

Outra tendência aparece pela constituição de territórios sobre controle das empresas. O que está em jogo não é o território em si, espaço físico apropriado ou pretendido, mas a territorialidade enquanto exercício de um domínio que se realiza ou se projeta pelas relações políticas, portanto historicizadas. Nesse sentido, a leitura sobre as tendências expansionistas e as práticas empresariais de controle sobre espaços - promotoras de mudanças importantes -, tem revelado a constituição de novas territorialidades por parte de empresas<sup>2</sup>. A intervenção programada por atores empresariais é contestada por forças sociais portadoras de outras territorialidades. No fundo trata-se de um movimento de confronto entre territorialidades, de formas diferentes de domínio e de concepção coletiva do espaço. A discussão sobre as estratégias das empresas e sua relação com a de outros atores sociais, suscita a descoberta de novos campos de conflito em torno da questão ambiental.

### **3. Processos de Trabalho e Saberes Tradicionais**

Processos de trabalho com tecnologias simples impulsionadas basicamente pelo esforço físico e formas paternalistas de gestão compõem o quadro singular das relações de trabalho em sistemas tradicionais como encontrados em sociedade indígenas e caboclas. Exemplos ainda atuais como o “sistema de aviamento”, ainda presente na Amazônia sob várias modalidades, como se depreende pelos trabalhos de Geffrey (1995) e de Araújo (1993) sobre os seringueiros do Acre, e os de Almeida (1996) sobre a incidência do trabalho escravo nessa região. Por outro lado, observa-se a mobilização de saberes sobre os recursos naturais e as possibilidades de gerar produtos do trabalho, por parte de

---

<sup>2</sup> Ver trabalhos de Faulhaber (1996), de Acevedo & Castro (1993; 1997), de Almeida (1996) e de Andrade (1995).

populações ribeirinhas que trabalham em áreas de “várzea” ou de camponeses que trabalham e vivem em “terras firmes”. Uns e outros compõem o leque de grupos sociais nomeados pelas principais atividades exercidas, embora fazendo parte de um campesinato polivalente - agricultores, agro-extrativistas, seringueiros, pescadores, coletores e caçadores, garimpeiros, castanheiros, quebradeiras de coco, entre outras. São categorias de nomeação evidentemente confusas, onde se cruzam olhares sobre o “outro” e que pouco explicitam das especificidades do trabalho, de sua natureza e de suas formas. Pouco dizem tampouco sobre os processos identitários, as representações que os unem e as orientações de suas ações políticas. Ações essas que traduzem muitas vezes os conflitos com outros atores sobre as formas de apropriação da terra e dos recursos provenientes da floresta e dos cursos d’água, base da sobrevivência desses grupos. Na constituição da etnociência, encontramos preocupações com os sistemas classificatórios e a interpretação dos fenômenos naturais, por parte de grupos com modos de vida ditos “tradicionais”. A tradição etnográfica, de Durkheim a Mauss e de Levy-Strauss à Conklin (1957) mostrou, em estudos de casos, como expandem-se, por diferentes grupos a nomeação de objetos e fenômenos. A compreensão sobre processos na natureza e suas alterações aparecem também ao nível da linguagem e da classificação de termos. Nessa perspectiva, Roué entende que as “categorias semânticas permitem o acesso, não somente ao conhecimento que uma sociedade adquiriu sobre o meio natural no qual ela vive, mas igualmente à sua visão de mundo (1997)”.

Lévi-Strauss reúne peças fundamentais na argumentação sobre os saberes de diversas populações à propósito da natureza, destacando a complexidade do “pensamento selvagem” manifestado nas suas classificações. A literatura tem mostrado que conseguem distinguir diferenças mesmo sutis ou imperceptíveis talvez para pessoas de outra cultura, sobre por exemplo, elementos que compõem seu “território” e que exprimem o nível de percepção sobre sua complexidade. A bagagem classificatória encontrada nos grupos do Trombetas, por exemplo, permite descrever com detalhes diferenças de tipos e de variações sobre uma mesma espécie ou entre espécies diferentes de plantas de terras firmes e de várzea, de peixes, de animais de caça etc. Suas falas são marcadas por analogias tecidas entre humanos e animais, entrecortadas de referências à vida na floresta ou mesmo de preceitos morais calcados em simbologias a seres não humanos. Essa relação de povos “tradicionais” com a natureza, manifesta-se no seu próprio vocabulário e nos termos que usam para traduzir sua vivência e adaptação aos ecossistemas. Revela também a compreensão do trabalho intimamente articulado à vida familiar, quer dizer, às relações de parentesco no interior do grupo. Porém se tem o objetivo neste artigo de discutir as categorias de nomeação de grupos diversos de trabalhadores - castanheiros, seringueiros, pescadores, garimpeiros etc. Procura-se refletir sobre elementos que tragam maior visibilidade à natureza mesma do trabalho realizado, o lugar do trabalho nas representações de seus sujeitos, nos seus discursos. Enfim, nossa hipótese é que a noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, a exemplo daquele presente em certo campesinato da Amazônia, faz parte de um sistema mais amplo de percepção, indissociável de outras atividades do cotidiano, das relações de parentesco e de relações políticas.

Essa modalidade de vida encontra similitudes com *povos da floresta* de outros países como comprovam inúmeros estudos desenvolvidos pelas várias correntes da etnociência e da antropologia

cultural.<sup>3</sup> Mais recentemente, a partir dos anos 70, são valorizados os saberes de populações locais e indígenas sobre a natureza, mas com uma orientação bem nítida proveniente do debate sobre preservação de ecossistemas e biodiversidade, objetivando valorizar esses saberes para gerir os recursos naturais, e evidentemente novas modalidades de comercialização. O interesse em adotar essa perspectiva começa a ser tema de inúmeras pesquisas que passam, muitas delas também, pelo financiamento de agências internacionais de desenvolvimento. Como comenta Diegues que o Ocidente, depois de tanto afirmar em campos variados que vão da ciência à política, passa a renegar recentemente o evolucionismo ingênuo que nomeava os saberes dos outros como ultrapassados (1995).

Pode-se depreender que em contextos culturais diferentes os conflitos pela apropriação do território está na relação direta com a reprodução. Sobre a velha Inglaterra do século passado, Thompson descreve o sentimento e a revolta contra proprietários de terras no campo, por parte de segmentos de camponeses proletarizados vivendo nas cidades. Os protestos no meio rural sempre giravam em torno da terra...”quando os dizimos, as leis de caça e as debulhadoras já tinham sido esquecidos, os direitos perdidos persistiam sempre na sua memória... a terra carrega sempre outras conotações - de *status*, segurança e direitos - mais profundos que o simples valor da colheita”(1987). Essa aspiração de volta à terra, de conquista de direitos de posse ou propriedade mobiliza mitos e forças psíquicas que os alimentam<sup>4</sup>. A luta pela terra está indissociada à luta pelo trabalho, e não é a forma salarial que se encontra em questão. Mais uma vez, esse processo político interpela nossa compreensão sobre a noção de trabalho. Nesse campo, é possível perceber elementos de tradição e modernização, como fundamentos das lutas pela propriedade e posse da terra. Numa outra perspectiva, o Movimento dos Sem Terra, à nível nacional, de certa forma também faz parte, enquanto mediação política, desse conjunto de grupos em vigília, que vagueiam em torno da reprodução da pequena produção, embora depreenda-se de seu discurso, elementos de um compromisso ou um encanto pela modernização da pequena agricultura. Essa idéia do moderno, do progresso, do controle técnico está presente nos discursos de pequenos produtores rurais. Mesma dimensão é encontrada na recente mobilização, por parte de grupos indígenas no Alto Purus e no Solimões (no Amazonas), em torno de uma reatualização da memória dos antepassados. Experimentam um movimento que pretende recuperar a identidade outrora de seu grupo, via construção identitária através de processos políticos. De grupos negros remanescentes de quilombos - caso dos rios Trombetas e Erepecuru, no Pará e do Flexal, no Maranhão - que revivem suas tradições étnicas. Têm recriado na memória os saberes tradicionais do grupo, reinventando para o presente formas de afirmação étnica, de fazer política

---

<sup>3</sup> Segundo Roué, as duas vertentes fundadoras no conhecimento etnológico, cujos interesses centram-se na análise dos saberes tradicionais, como conhecimentos produzidos com um olhar externo ao grupo, diferenciam-se pois a etnociência “acentua os aspectos cognitivos, e a ecologia cultural, centrada nos paradigmas de adaptação, são mais ou menos contemporânea da etnoecologia. Todavia, este último conceito atravessou melhor as décadas, e reapareceu sob a influência dos paradigmas de desenvolvimento durável e "sustentável"(1997).

<sup>4</sup> Thompson mostra ainda a força dos mitos reinventados nas áreas urbanas, na formação da sociedade industrial inglesa, a propósito da vida camponesa. Diz que “O selvagem código penal, as privações e as casas

atando passado e presente, saberes sobre a natureza e tradições do trabalho. O rio e o ciclo de águas é incorporado como dimensão fundamental na vida de *ribeirinhos* da Amazônia. Os anciãos recorrem à imagem de rios, igarapés e lagos, como percurso aos campos da memória onde estão depositadas as lembranças. As águas cedem ou enchem e o calendário agro-extrativo desse grupo realiza um novo movimento, alterando o calendário agrícola; sazonalidade que nos permite identificar saberes sobre a natureza e seus tempos. A concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se regulada pelo tempo da natureza. As jornadas seguem sinalizações a partir do reconhecimento de mudanças de sinais naturais: tempo de caçar, de pescar, de coletar (castanha, madeira etc.) e de fazer a roça.

As atividades produtivas e suas formas de realização apresentam-se atravessadas, no discurso e na prática, pela divisão entre *verão* e *inverno*, demarcações do tempo que correspondem à sazonalidade do trabalho. Associada ao *verão*, a roça representa para esses coletores e caçadores, a atividade principal. Fornece uma diversidade considerável de produtos como cereais, raízes, frutas, e legumes. É também um momento de fortalecimento dos laços de solidariedade, por corresponder à intensificação das relações intra e interfamiliares em função da organização do trabalho em suas diversas fases, através do trabalho familiar e do puxirum. O chamado *puxirum* constitui uma *técnica social* de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua, enquanto racionalização do tempo e do esforço individual, estabelecendo-se sobre regras que definem a troca de tempo de trabalho. O que está presente é um sistema organizando a troca de tempos de trabalho relativamente iguais para tarefas semelhantes e socialmente necessárias. Somente por exceção e segundo acordos prévios, deixaria de corresponder a tarefas iguais, a exemplo de um companheiro que trocava o trabalho de derrubada da roça pela busca de alimentos (pesca ou caça) para suprir o grupo no puxirum. Nessa perspectiva, as mulheres também participam do puxirum, encarregadas da preparação de alimentos. Os costumes que estabelecem as condições e as regras dessa troca prevêm o seu uso também, mas de forma excepcional, na coleta e no transporte de castanha em áreas distantes e com grande densidade dessa espécie.

A incidência das chuvas encontra-se com a *cheia* dos rios, quando o principal é a coleta da castanha; o período de *seca*, é representado por eles como o *tempo da roça*, fundamental na reprodução material do grupo e na intensificação das relações de sociabilidade, fase em que a diminuição do volume d'água, em rios, igarapés e lagos, descobre as praias, desnuda as margens e alonga a floresta. Altera, por uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas de florestas úmidas tropicais, os recursos apropriáveis pelo homem e a própria paisagem, que se renova com a beleza particular de cada estação, segundo os ciclos de vida da natureza.

No Trombetas, os membros do grupo de remanescentes de quilombolas comunicam-se entre si e recriam imagens, reconstruindo termos e enunciados, inspirados na natureza que os cerca. Com detalhes identificam tipos diferentes de fauna e flora, sons, movimentos, odores, tempo de vida, suas formas, usos e funções e, como elemento importante ao quadro de percepções, sua relação com a água. O verão traz consigo maior presença de peixe na dieta alimentar. Os pescadores defrontam-se com alterações na coloração da água, na profundidade do rio, nas mudanças de cardume e, com elas, a

---

de correções ...foram esquecidos, mas o mito da perda comunidade paternalista tornou-se uma força autônoma - talvez tão poderosas quanto as projeções utópicas de Owen e dos socialistas". (1987)

tarefa de seleção dos equipamentos segundo as preferências, antes de sair para pescar. Comprovam e conferem presenças e ausências de tipos de peixe. Essa atividade percorre o calendário anual, embora seja mais intensiva no verão. O rio Trombetas, seus afluentes e lagos, são cursos com variedades de peixes e seus moradores os classificam segundo tamanho, cor, quantidade, características morfológicas e comportamentais da espécie, determinando a seleção de técnicas apropriadas e as formas de captura<sup>5</sup>.

A ordem da natureza é interpretada seguramente sem o rigor de um conhecimento produzido pela ciência, mas gerador de um saber prático eficiente em relação ao seu modo de produzir. O saber prático dos negros do Trombetas alimenta em processo contínuo, suas necessidades quotidianas e pode ser conferido pela forma como são classificados diversos campos da natureza. A capacidade de classificar segundo categorias, os objetos reais, importa numa construção de significados para o processo de comunicação. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural, sendo capazes de precisar sons da floresta e sua variação dependendo da hora do dia, se chove ou não, se há mais ou menos ventos, sinais identificados por vários autores já há várias décadas, ainda que a etnociência, a ecologia cultural ou a ecociência sejam vertentes com maior desenvolvimento recente, fortalecido pelo debate trazido com a questão ecológica, e, notadamente, a associação que a sociedade ocidental construiu entre “desenvolvimento sustentável” e “populações tradicionais”.

Não há somente uma percepção dos recursos naturais aproveitáveis para sua sobrevivência, mas também, para explorá-los, reiterando a tradição e os saberes herdados dos antepassados. Colocam em funcionamento estratégias que objetivam satisfazer suas necessidades seguindo uma hierarquia de preferências em relação ao que plantar, coletar, caçar, pescar e preservar. A seleção do que plantar segue uma escala de preferência alimentar combinando critérios de diversidade de gosto, de costume, de valor nutritivo e possibilidade de sucesso no plantio. A partir dessa escala de preferência e da importância que ocupam os gêneros resultantes da caça, da coleta, da pesca e do plantio, é possível entender aspectos importantes de suas relações com o território comum. Praticam uma estratégia de deslocamento familiar em função das fontes de aprovisionamento, que podem ser a caça e a pesca, mas também a presença de terras mais férteis para realizar seu roçado.

A percepção de terra comum e não privada tem papel importante nesses deslocamentos. Em tempos não estritamente regulares, o grupo doméstico procura mobilizar-se em direção a lugares onde os alimentos desejáveis ou suas fontes estejam o mais próximo possível de seu lugar de residência. Sua permanência no mesmo lugar encontra limites nas condições do próprio meio natural. O ponto central dessa estratégia é o aumento do tempo de trabalho e gasto de energia necessário para alcançar a distância entre o local de habitação e local de trabalho. Há uma racionalidade que busca compensar, pela economia de tempo e esforço, as dificuldades impostas pelo uso de tecnologias rudimentares.

Ainda que não lhes seja possível dar explicação para uma série de fenômenos observados, as ações práticas funcionam pelas respostas que são dadas nas relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. Há uma racionalidade na seleção

---

<sup>5</sup> O cuidar da saúde através de plantas medicinais, plantadas no quintal que é um espaço quase integrado à casa, a criação de animais, o hábito de manter na casa vários animais domesticados, são comportamentos encontrados de forma generalizada na cultura ribeirinha. Entre outros autores, o trabalho de Philippe Descola

daquilo que é socialmente acumulado, reciclado e socializado. Essas concepções da natureza, das águas e da floresta, são difíceis de serem entendidas sob os valores de lógicas de reprodução que presidem a sociedade capitalista, fundados em princípios que negam a territorialidade e a etnicidade desses grupos e sobretudo suas modalidades de organizar o trabalho. São maneiras diversas de perceber, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. Trata-se de dois sistemas onde o técnico-econômico funciona sob normas diferentes e que dá resultados e efeitos também diferentes no meio ambiente. No caso de comunidades marcadas por identidades étnicas, representadas como o “outro”, esses elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico pelos fortes traços de preconceito e estranhamento.

#### **4. Formas tradicionais de trabalho e conflitualidade**

Como tentamos mostrar a compreensão sobre os domínios territoriais em regiões periféricas como a Amazônia requer primeiro reconhecer o princípio da complexidade e sob esse paradigma tentar compreender a diversidade de processos de trabalho, de modalidade de gestão e de relações de dominação. Estudos recentes tem trazer mais ao debate a revitalização de relações paternalistas, seu lugar enquanto espaço de violência arraigado nas relações de dominação, nas novas formas de coronelismo e de paternalismo, como apontam Geffrey (1996), Jacky (1994) e Léna (1988). Para o setor empresarial parece significar a montagem de novas estratégias de territorialidade, formulando projetos tanto para o uso imediato de recursos quanto para o estabelecimento de reservas na expectativa de processos futuros de valorização.

Do ponto de vista do Estado as estratégias voltadas para a Amazônia nas últimas décadas, orientaram-se para o controle sobre a fronteira de recursos, incentivando a sua integração ao espaço econômico mundial. O exame sobre a ação fundiária governamental demonstra como interessa ao Estado incorporar ao mercado nacional de terras, extensões crescentes do território por vias legais ou à margem de negociações consideradas legítimas. A principal evidência dessa intervenção manifesta-se no plano político, ao se examinar as ações programadas e os resultados que têm sido obtidos no domínio de territórios por parte de segmentos empresariais e de órgãos do Estado. Ainda que, no plano econômico, a apropriação de recursos naturais se apresente como condição da implantação de empreendimentos produtivos ou de infraestrutura. Esses processos políticos de domínio e controle de novas fronteiras não constituiriam elementos a serem considerados na discussão sobre mudanças nas formas de trabalho e no processo de produção?

A territorialidade enquanto campo de luta pelo controle do espaço é um processo profundamente social e político. É a expressão e ao mesmo tempo resultado de modos diversos de vida que agem sobre o mesmo espaço, identificando processos sociais que traduzem confronto de concepções entre atores, acerca das formas de apropriação e uso da terra e de estratégias e práticas de trabalho por diferentes categorias de trabalhadores. Por isso a geopolítica demarca o predomínio de grupos e de suas concepções, enquanto relações de força. Inúmeros exemplos de territorialidades em

---

sobre os índios Achuar tece tais relações com a cosmologia do grupo e sua importância na constituição do campo de saberes.

conflito poderiam ser arrolados. Perpasso alguns casos protagonizados por diferentes categorias sociais, objeto de pesquisas recentes.

Nas áreas de várzea do Médio Solimões, região formada por centenas de lagos, canais e paranás, concentra-se uma população que tem no trabalho da pesca seu principal meio de subsistência. Esses lagos constituem objeto de intensos e contínuos conflitos entre ribeirinhos e pescadores, principalmente na época de seca quando a pesca se tona mais produtiva, como mostra Lima em suas pesquisas. Nos momentos recentes, a partir da década de 80, constroem-se novas institucionalidades, de um lado devido às tensões e de outros pelo avanço do debate sobre preservação de recursos hídricos e pesqueiros, com o movimento de preservação de lagos, onde a presença da CPT inicialmente no processo, foi fundamental, vindo a ela juntarem-se outras mediações sob a forma de ONGs. No âmbito do extrativismo do coco do babaçu, sobretudo na confluência dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins, em especial no Bico do Papagaio, o trabalho de mulheres coletores é afirmado com processos produtivos que vão da coleta ao beneficiamento do coco de babaçu em diversas linhas de produção artesanal - em especial na alimentar e na cestearia - e à comercialização. Os processos políticos expandem-se pelas vias tradicionais da organização sindical, mas sobretudo pelas novas institucionalidades que se afirmam em formas de organização do trabalho via cooperativas e associações de pequenas produtoras e através de processos de construção de identidades, enquanto castanheiras. Na pauta política desses grupos, observa-se discursos que religam trabalho enquanto esforço, fazer e viver a experiência prática da reprodução e de domínio do território com o qual eles estabelecem relação fundamental.

Por outro lado, o debate sobre reservas extrativistas tem sinalizado reivindicações e ampliado a compreensão sobre direitos de populações que dependem de produtos da floresta, como castanha, seringa, babaçu, açaí e outras espécies como fonte de trabalho, seguindo o exemplo da Cooperativa Agroextrativa de Xapuri (CAEX), como um dos primeiros empreendimentos econômicos estabelecidos pelos próprios trabalhadores da seringa, com a finalidade de comercializar o produto do trabalho da população residente na Reserva extrativa Chico Mendes, no Vale do rio Acre. Os conflitos fundiários nas áreas de floresta decorrem em grande parte das modalidades de apropriação dos recursos. Nesse Estado, como nos demais da região, além da extração ilegal de madeira, ela se dá com tecnologias intensivas que retiram espécies nobres do interior da floresta. Para seu processamento, somente no Pará, existem cerca de 3.000 pequenas e médias serrarias que processam essa madeira nativa com tecnologias não menos predadoras, e em condições de trabalho precaríssimas. Os dados de reclamações trabalhistas e os tipos de contrato de trabalho celebrados são peças importantes que revelam a reprodução de formas de dominação extremamente arcaicas.

A experiência da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos, traz à linha de frente mais uma dimensão das lutas de grupos na defesa de direitos territoriais. A reivindicação é o direito à terra de ancestrais que estrutura a argumentação sobre outros direitos: a afirmação étnica, o território de uso comum, enfim, a reprodução de sua constituição como grupo agro-extrativista. Se as mobilizações a nível nacional conseguiram incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988, um artigo (Art.68) reconhecendo a propriedade definitiva à terra pelos ancestrais de quilombolas, o controle efetivo sobre esses territórios somente

fora possíveis pela via legal de instrumentos jurídicos de demarcação e titulação de propriedade. Razão da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná se empenhar, como reivindicação maior, no reconhecimento e demarcação de suas terras. Campo de luta no qual se movimentam com ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas dos ancestrais. Essa identidade étnica representa para os grupos negros do Trombetas a substância de suas práticas associativas e de afirmação de suas concepções sobre o trabalho. O quilombo, opção limite à conquista da liberdade, no passado, é na memória de hoje, a expressão de um outro modo de vida, do trabalho em liberdade, em oposição ao trabalho escravo e ao regime de “servidão”. O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo, permite refazer dimensões específicas de ser e existir enquanto camponês e negro. O território é fundamental à reprodução de sua existência e a manutenção de sua identidade. A permanência nesses sítios revela os diferentes planos da organização social, importante na análise das instituições sociais do grupo, guardando semelhança com os pontos descritos por Geertz.(1959) sobre a cultura enquanto uma interpretação densa. Identifica-se duas dimensões históricas e fundamentais dessa ordem comunitária. A primeira diz respeito à forma de apropriação dos recursos e a segunda, refere-se à presença de práticas de trabalho na economia agro-extrativa que articulam diversas esferas da vida social. A noção de *nós* que traduz íntima identificação dos grupos domésticos à comunidade núcleo mais amplo, em oposição aos *outros* que corresponde à externalidade dos grupos de fora, funda a territorialidade na região do Trombetas.

A Região das Ilhas, como é conhecida a área formada por vários municípios e que circunda Belém, é lugar de trabalho de significativa população ribeirinha dedicada às atividades extrativa - madeira, açaí, outras frutas, cipós, plantas nativas de uso medicinal - sob processos bastante diversificados. Os usos vão do caseiro ao industrial. Observa-se talvez de forma mais clara como o trabalho desses grupos familiares, desempenhando atividades com processos de trabalho bastante artesanais e utilizando-se de instrumentos extremamente simples, podem fazer parte - ainda que trabalhadores autônomos -, de uma cadeia produtiva, dos processos de produção de pequenos e médios empreendimentos - serrarias, comércio, usinas de palmito ou processamento de outros alimentos. A análise sobre as formas de articulação entre trabalhadores artesanais e as empresas de ramos como o de microeletrônica de Manaus, certamente não levaria a outras conclusões.

## **5. Relações de trabalho tradicionais e articulação com grandes empreendimentos**

As análises sobre as estratégias empresariais executadas por pequenas e médias empresas em relação à absorção de trabalhadores e às condições de realização do trabalho, tem revelado a afirmação de formas arcaicas de dominação social, cujo universo simbólico encontra-se marcado por noções de paternalismo. Estudos sobre os trabalhadores das fábricas de castanha, de palmito, de madeira, de óleos e sabões apontam nessa perspectiva de trabalho e lugar de dominação. Nas cidades de Belém e São Luís, os empreendimentos industriais mais recentes, instalados com financiamentos dos incentivos fiscais, inauguram novos ramos produtivos, mas não necessariamente sob formas mais democráticas de relações de produção. Não são as grandes empresas responsáveis pela maior parte da relação salarial, mas são as pequenas e médias cuja presença é mais significativa dado a quantidade de

estabelecimentos, o volume de mão-de-obra empregado, os recursos que mobilizam e a extensão no território e dos recursos apropriados. Mas do outro lado encontram-se os grandes empreendimentos instalados sob modelo de enclave, voltado à exportação, a exemplo de projetos da MRN, ALBRAS, ALUNORTE, CVRD e ALUMAR. Em Manaus centraliza-se um parque micro-eletrônico com presença das empresas multinacionais mais expressivas do setor. A lógica subjacente às Zonas Francas instaladas no mundo a partir de fins dos anos 60, foi de deslocamentos da produção definindo outros espaços de criação do valor, assentados ainda no processo de multinacionalização da economia..

Os conflitos que colocam em confronto empreendimentos e pequenos produtores extrativos são generalizados. No movimento das frentes garimpeiras encontra-se uma trajetória espacial marcado por tensões. Esse segmento social defrontou-se com inúmeras empresas de mineração, tendo garantido para si algumas lavras, contrariamente aos interesses de grande e sólidas empresas ancoradas no território amazônico como a CVRD e entidades representativas do empresariado, a exemplo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Associação dos Mineradores do Ouro, Abamo. As migrações continentais também verificadas no deslocamento de frentes formadas por segmentos variados - garimpeiros, seringueiros, castanheiros, pequenos produtores rurais, comerciantes entre outros - para países vizinhos como Venezuela, Colômbia, Bolívia, República da Guaiana, Guiana, constituem efetivamente um movimento de migração de trabalho. Para fora do território nacional recriam-se elementos da conflitualidade em torno da tensão pelos recursos e o território.

Desde o final dos anos 80, os grandes empreendimentos localizadas na Amazônia começaram um processo de modernização com mudanças significativas nas relações de trabalho, em especial nos padrões de gestão <sup>6</sup> que refletiu ao interior da empresa e também na ampliação de um mercado terceirizado. Observa-se mais recentemente a extensão de práticas de sub-contratação de serviços menos chaves no processo produtivo, mesmo para atividades antes consideradas típicas do desempenho da empresa principal. No plano da qualidade de produtos e da competitividade do mercado, essas firmas obtiveram vantagens, apesar da grande competitividade do setor a nível mundial. Igualmente, elas se esforçaram para definir estratégias mais adequadas, pressionadas pelas novas regulamentações impostas pela dinâmica do mercado mundial. Mas, a par esta observação sobre as práticas diretamente implicadas sobre os resultados da produção, qualidade e competitividade, as práticas colocadas em marcha, no campo das relações com o político, restam bastante tradicionais deixando lugar para a reprodução das relações de poder paternalistas, através de um discurso que remete à noção de grande família e à harmonia entre empresa e vida familiar. Reconstruem representações sobre o trabalho e sobre a gestão de qualidade, noções que tentam introduzir enquanto dimensão do cotidiano, da sociabilidade fora do trabalho. A hierarquia ocupacional bastante reduzida não esconde, entretando, a relação autoritária recodificada no processo de trabalho, reatualizando as modalidades de paternalismo nas relações de trabalho.

---

<sup>6</sup> O que se depreende das análises de casos sobre o que tem sido chamado de “reestruturação produtiva” é que as estratégias implantadas não podem ser tomadas como um conjunto homogêneo, monolítico ou caminho de mão única. Ao contrário, se os fins a atingir têm a mesma direção - ganhos de produtividade e de mercado - as estratégias adaptativas e o desdobramento em ritmos ou processos diferentes, têm sido bastante diferentes, percebendo-se a formulação de múltiplas experiências em empresas brasileiras ou de outros países. Ver outros trabalhos da autora.

O que reforçou também o processo de modernização, a partir da constatação das possibilidades de perda da competitividade, mudando, assim, no âmbito interno, as práticas de gestão, apostando que as mudanças levariam muito tempo, mas poderiam ser progressivas, se feitas sobre a base de uma planificação global. As mudanças tecnológicas ficaram restritas, fundamentalmente, à automação. Possibilitado pela micro-eletrônica, em grande parte, o processo de comunicação ao interior da empresa, potencializou as questões em relação ao processo de trabalho, materiais, estoques. etc. As mudanças foram também efetuadas pela exteriorização de parte do processo produtivo, sob a forma de terceirização e sub-contratação de empregados, descentralizando decisões, e, sobretudo, o emprego de um método corretivo, de novos conceitos e de técnicas de organização e controle da produção e da força de trabalho.

Os impactos da modernização sobre a força de trabalho que se refletem em novas formas de segmentação do mercado, colocam em questão a relação salarial e, portanto, o emprego e a própria noção de trabalho, conforme tem sido discutido na literatura recentes sobre reestruturação produtiva. Certamente se está frente a problemáticas bastante diversas se toma em consideração as particularidades de países e regiões. Porém observa-se que corresponde a um movimento de tensão no mercado de trabalho, onde se encontra uma redefinição das antigas regulamentações do contrato de trabalho, tendência à instabilidade do emprego, emergindo outras formas de trabalho precário e de trabalho a domicílio.

Tal processo de modernização tem levado a mudanças progressivas nas relações de trabalho dentro da empresa e no espaço extra-empresa, neste caso, particularmente possível pela sedentarização da força de trabalho na vila da empresa que compõe o complexo fábrica-vila-porto. Trata-se de um caso emblemático não somente por se tratar de um empreendimento localizado numa região sem tradição industrial, se comparada aos padrões de espacialidade da industrialização no Brasil, mas também pela combinação de diferentes programas e técnicas identificados na literatura como práticas correntes de gestão do trabalho na cultura empresarial japonesa, incorporadas sob um complexo sistema combinatório de técnicas e programas. Contrariamente à problemática da intensa mobilidade espacial de trabalhadores nas áreas de fronteira econômica na Amazônia, seguindo as grandes obras ou outras oportunidades de trabalho (CASTRO, 1989, 1993, 1994), ainda que expresse uma *instituição social móvel*, como refere-se Leite Lopes<sup>6</sup> trata-se, nesse empreendimento estudado (ALBRÁS) como em outros grandes projetos (Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Projeto Ferro Carajás, Mineração Rio do Norte e ALUMAR), da introdução de padrões sofisticados de gestão do trabalho, mas sob formas de dominação e controle da força de trabalho que se estendem da fábrica à vida privada. Está-se diante de um processo de imobilização da força de trabalho pela moradia, diferenciada socialmente (alojamentos e residências) e com elementos de distinção presentes tanto na Vila dos Cabanos (Barcarena), quanto na Cidade de Carajás (Carajás), no Núcleo Urbano (Tucuruí) e no Núcleo Urbano da MRN (Trombetas), constituindo-se como base fundamental de sociabilidade.

No entanto, as observações que desenvolvemos nas indústrias de alumínio na Amazônia, levam-nos a concluir que estamos face a uma problemática mais complexa, na qual a adoção de novos modelos de gestão tem garantido o aumento de produtividade, via conversão de postos de trabalho e transferência para terceiros de atividades antes desenvolvidas pelas empresas. As mudanças

verificadas na administração da empresa evidenciam-se pela aplicação de inúmeras técnicas fundadas em novos princípios de racionalidade, procurando eliminar desperdícios de materiais, alcançar uma produção "enxuta", com estoques zero e melhoria da qualidade. Nesse caso, entendemos que há uma adaptação dos modelos de flexibilização às indústrias de fluxo contínuo. Isso pode ser visto seja pela via da realocação das plantas a nível mundial, de novos modelos organizacionais ou do intenso processo de terceirização. Nessa perspectiva as lógicas de flexibilização podem ser examinadas tanto pelo lado da produção e do espaço, quanto pelo das relações de trabalho. Razão pela qual entendemos que as mudanças no sentido da flexibilização interpelam não apenas as relações de produção ao interior da empresa, mas é toda a sociedade fundada na relação salarial, na medida em que exige profundas reformulações nas formas de regulamentação das relações de trabalho - o contrato de trabalho - e das estratégias do Estado face às empresas e ao conjunto de pessoas livres para venderem suas forças de trabalho.

## 6. Conclusão

As empresas com gestão modernas não fogem, como vimos, ao modelo autoritário. As relações paternalistas são reproduzidas em campos distintos da gestão do trabalho. Indicador disso pode ser visto nos dados da Inspeção do Trabalho, com recorrentes denúncias de trabalho escravo, de carteira de trabalho não assinada, de insalubridade das condições de trabalho. Sobre a normatividade do trabalho observa-se poucos avanços. As inspeções sobre segurança do trabalho impõem-se tanto em grandes como em pequenas empresas. Outra dimensão a observar é a precarização do mercado de trabalho. Com técnicas obsoletas e mantendo relações paternalistas, pequenos empreendimentos, muitos deles em moldes familiares, alimentam a indústria de ramos como a madeira, castanha, palmito, pescado e outros produtos derivados do extrativismo regional. Independente do porte e dos processos de produção, esses empreendimentos articulam-se como numa cadeia produtiva, ora sob processos técnicos e padrões de organização do trabalho bastante rudimentares, ora revelando investimentos maciços em capital. É o caso das inúmeras usinas de fabricação de gusa e ligas, do sudeste do Pará e do Maranhão, que se utilizam ainda de trabalho semi-escravo, com forte participação infantil, nas carvoarias que funcionam à base de madeira nativa.

Afinal, o que poderia ser interessante na análise da firma e de suas estratégias de modernização? Pensamos que essas firmas podem ser pontos privilegiados para compreender como a gestão moderna pode se utilizar por óticas bastante tradicionais, e neste caso, como a relação trabalho x família se torna um *enjeux* de dominação religado à ideologia da empresa. De que maneira a modernização da firma, que se faz pelas pressões do mercado globalizado, pode se combinar, ao nível local, com padrões tradicionais de gestão da vida doméstica, na conjugação trabalho x residência? Observa-se, nos casos analisados, que a ideologia da "qualidade" transita sem grandes desvios da usina à gestão do cotidiano, remetendo à associação com a noção de "instituição total" (Goffman), incorporado nas práticas de ensino, nos serviços prestados às famílias de trabalhadores, tais como as escolas primária e secundária, o hospital, o clube etc. irremediavelmente amarrada a outras noções tais como racionalidade, limpeza, arrumação, sistematização, surgindo o modelo de gestão da empresa e, portanto, de uma vida cotidiana onde a noção de "qualidade total" pode constituir a ponte entre o sucesso profissional e social. Essa burocratização do cotidiano é revalorizada nas estratégias da empresa, pelos mesmos padrões pelos quais se constroem os planos de trabalho - rotina - e a vigilância da segurança e do controle da qualidade total.

Talvez aí resida um campo de estudos sobre o trabalho fértil em pistas para o entendimento de porque, em regiões periféricas, as metamorfoses do trabalho e o avanço da relação salarial passam por dinâmicas que não implicam necessariamente em processos de modernização. Ao contrário, tem reafirmado princípios ancorados em formas originais de autoridade social, "arcaicas", paternalistas, coronelistas. Inúmeros estudos colocam em evidências figuras de autoridade social e políticas que reeditam, no presente, formas sociais de dominação exercidas diretamente nos lugares de trabalho ou mediadas através de vários níveis do mando político. Certamente essas modalidades de dominação que se estende ao longo de diferentes cadeias produtivas, embora sem a mesma intensidade em cada uma de suas partes. Elas precisam ser compreendidas em suas raízes que extrapolam certamente o âmbito do trabalho. É importante interrogar ainda as origens e a formação desses trabalhadores, seus saberes

sobre o trabalho, sua vivência sob processos de dominação. Essa análise vai além do campo do trabalho na Amazônia, do trabalho extrativo ao industrial, pois interpela a própria constituição dos campos da dominação social, na sociedade brasileira. As análises sobre as particularidades dessa região iluminam, de certa forma, processos que tem configuração e âmbito nacional, na constituição do campo do saber e do poder.

## Referências

- ACEVEDO, R. & CASTRO, E. (1993). *Negros do Trombetas. Guardiães de Matas e Rios*. Belém. UFPA.
- ALMEIDA, Alfredo W.B. (1986). Estruturas Fundiárias e Expansão Camponesa. In: Gonçalves RJ., José M. (org.). *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. S. Paulo. CNPq/Ed. Brasiliense
- ARAÚJO, Roberto (1994). Manejo ecológico, manejos políticos: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas. In: D'Incao, Maria Ângela & Silveira, Isolda Maciel. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Coleção Eduardo Galvão. Belém, MPEG.
- BOURDIEU, Pierre (1988). *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris. Seuil.
- CASTRO, Edna (1994). Industrialização Truncada: Globalização e Pós-fordismo. In: Aragón, Luís E. *What Future for the Amazon Region?* Institute of Latin American Studies. Stockholm University.
- CASTRO, Edna (1997). Racionalidade e novos padrões na gestão do trabalho em grandes empresas na Amazônia. In: Magalhães, S., Brito, R. & Castro, E. *Energia na Amazônia*. MPEG/UFPA/UNAMAZ
- CASTRO, E., Moura, E. & Maia, M. L. S. (1995). *Industrialização e Grandes Projetos*. Belém. UFPA.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia.. In: Castro, E. Pinton, F. *Interfaces do trópico Úmido*. Belém. UFPA/CEJUP (no prelo)
- DIEGUES, Antônio Carlos (1994). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo. NUPAUD/USP.
- FAULLHABER, P. (1987). *O Navio Encantado*. Etnias e alianças em Tefé. Belém, Col. E. Galvão, MPEG
- FURTADO, Lourdes (1980). *Currallistas e Rendeiros em Marudá*. São Paulo. USP (Tese de Mestrado)
- GEFFREY, Christian (1995). *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris. Éd. Karthala.
- GEERTZ, Clifford (1986). *Savoir local, savoir global*. Les lieux du savoir. Paris. PUF
- GIDDENS, Anthony (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo. UNESP.
- GODELIER, Maurice (1981). A Racionalidade dos Sistemas Econômicos. In: Carvalho, Edgardde (Org.) Godelier. *Antropologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ed. Ática
- \_\_\_\_\_ (1984). *L'Idéal et le Matériel*. Paris. Ed, Fayard
- HABERMAS, J. *Teoría de la Acción comunicativa*. Racionalidad de la acción y racionalización social. Ed. Taurus. Buenos Aires
- HARVEY, David (1993). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo. Ed, Loyola.
- HYRLEY, Jorge (1933). *No domínio das Águas - Livro dos Pescadores Paraenses*. Pará. Belém. Typographia do Inst. D. Macedo Costa.
- LEITE, Márcia de P.(1994). Modernização Tecnológica e Relações Industriais no Brasil: o quadro atual. In: Gitay, Leda (Org.) (1994). *Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en America Latina*. CHD-CENED/UNESCO-OREALC. Campinas

LÉNA, Philippe (1988). Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia. In: Aubertin, Catherine (org.) *Frontairas*. Brasília/Paris, UnB/ORSTOM

LIMA, Deborah M. (1997). Equidade, desenvolvimento Sustentável e Preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: Castro, E. Pinton, Florence - *Interfaces do trópico Úmido*. Belém. UFPA/CEJUP (no prelo)

LIPIETZ, Alain (1988). *Miragens e Milagres*. Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo. SP, Nobel.

MORIN, Emilio (1990). *A Ecologia Humana das Populações Amazônicas*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes

PICARD, Jacky (1994). O clientelismo nas colônias agrícolas do sudeste do Pará. In: D'Incao, Maria ângela & Silveira, Isolda Maciel. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Col. Eduardo Galvão. Belém, MPEG.

RUAS, Roberto (1994). Reestruturação Sócio-econômica, Adaptação das Empresas e Gestão do Trabalho. In: Gitahy, Leda (Org.). *Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en America Latina*. Campinas

THOMPSON, E. P. (1987). A Formação da Classe Operária Inglesa. Tomo II - *A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1987). *Senhores e Caçadores*. São Paulo. Oficinas da História. Paz e Terra